



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No dia 26 de junho de 2024, às 9h, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Altair Silva e Vice-Presidência do Senhor Deputado Massocco, os demais membros da Comissão: Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Neodi Saretta, Deputado Oscar Gutz e Deputado Volnei Weber. Justificada ausência do Deputado Camilo Martins, conforme Justificativa 1320679. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 7ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 6ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente deu início à Ordem do Dia: em atendimento ao RCC/0088/2024, de sua autoria, aprovado por esta Comissão, os Senhores Ivanir Cella, Presidente da FAASC; Nesio Fernandes de Medeiros, Ex-Presidente da FAASC; Julcemar Toazza, Produtor, Deputado Silvio Dreveck, Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, e Arion Bet Godoi, representante da Vigilância Sanitária. O Senhor Presidente passou a palavra ao Presidente da FAASC, Senhor Ivanir, que fez uma apresentação detalhada sobre a situação da apicultura em Santa Catarina, destacando os dados de produção e exportação de mel, a importância da polinização pelas abelhas e os impactos da crise prolongada nos preços e na produção de mel. O convidado também abordou os problemas com mel falsificado e a necessidade de fiscalização rigorosa, propondo ações conjuntas com as vigilâncias sanitárias municipais. Com a palavra, o Senhor Nesio Fernandes de Medeiros, ex-Presidente da FAASC, complementou a apresentação enfatizando a importância da polinização como principal benefício das abelhas, questões relacionadas à legislação e fiscalização do mel falsificado, e a necessidade de integração das entidades no estado. Ele também ressaltou a importância de políticas para aumentar o consumo interno de mel e sugeriu a inclusão deste na merenda escolar. O Senhor Deputado Edilson Massocco destacou a importância do mel na alimentação, relatou seu consumo diário e sugeriu ações mais firmes da vigilância sanitária, também propôs a criação de uma legislação estadual que proíba o uso da palavra "mel" em produtos que não contenham mel verdadeiro, além de ações conjuntas com



o Ministério Público e o Procon para combater a falsificação de mel. O Senhor Julcemar Toazza, produtor, relatou a situação crítica de muitos apicultores, abordando questões de oferta, preço e renda, e solicitou flexibilizações na legislação para facilitar a produção e comercialização do mel. Sugeriu campanhas para aumentar o consumo de mel e educar a população sobre seus benefícios, mencionando um caso de denúncia de mel falsificado que resultou em uma operação conjunta entre Polícia Civil, Ministério Público e vigilância sanitária com apoio da FAASC. O Senhor Arion Bet Godoi, da Vigilância Sanitária de SC, discutiu os desafios enfrentados na fiscalização do mel falsificado e propôs medidas para capacitar as vigilâncias sanitárias municipais, especialmente em relação à rotulagem e análise de qualidade dos produtos. O Deputado Silvio Dreveck expressou a necessidade de medidas mais firmes da vigilância sanitária e propôs a criação de legislação estadual para combater a falsificação de mel, sugerindo também ações conjuntas com o Ministério Público e o Procon. Durante a reunião, aproveitando a presença do diretor da Vigilância Sanitária, foi sugerida a realização de uma reunião conjunta entre a Vigilância Sanitária e a FAASC para elaborar um plano de ação conjunto. Além disso, propôs-se a criação de um projeto de lei para proibir o uso da denominação "mel" em produtos que não contenham mel verdadeiro, visando evitar confusão e proteger o consumidor. Houve também discussões sobre a necessidade de medidas mais robustas contra falsificações e crimes alimentares, incluindo a convocação de novas reuniões com o Ministério Público e a Polícia Civil para fortalecer a fiscalização e punição dos infratores. Durante a reunião, o Presidente propôs a aprovação de um requerimento extrapauta, incluindo o **RCC0067/2024**. Este requerimento solicita a realização de uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural para discutir a implementação do cadastro ambiental rural. Foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adriano Rotta, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia.

Sala de reuniões das comissões, 26 de junho de 2024.

Deputado Altair Silva

Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural